



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - COMBUSTÍVEIS		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0600/03	DATA: 27/05/03
INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 17h01min	DURAÇÃO: 01h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h50min	PÁGINAS: 43	QUARTOS: 22
REVISÃO: Patrícia Maciel, Waldecíria		
CONCATENAÇÃO: Neusinha		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES
Há intervenções inaudíveis. Há palavras ininteligíveis. Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Havendo número regimental, vamos começar a nossa 5ª reunião ordinária em que vamos votar futuros requerimentos nossos: uns são convites; outros convocações das nossas audiências públicas. Tendo em vista distribuição antecipada da cópia das Atas nºs 2, 3 e 4 da reunião, consulto o Plenário sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Sr. Presidente, não há motivo algum, poderíamos dispensar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco a ata em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Está aprovada. Peço à secretária que distribua resumo da correspondência e faça constar ata da referida reunião. Já foi distribuída? Então, todo mundo recebeu anteriormente, no seu gabinete, aqui nas pastinhas, não é? Vamos passar para o primeiro requerimento: Requerimento nº 9/03, do Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Presidente, pediria a V.Exa., se possível, desse prioridade ao requerimento dos Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Eu lhe agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Pela ordem, Presidente. Primeiro, tendo acompanhado, com bastante atenção, a CPI, queria apenas sugerir à Mesa que fizesse um registro na entrada da sala, e nós registrássemos todos os que vêm assistindo à CPI. Porque, numa das reuniões, tivemos um fotógrafo totalmente desconhecido, fotografando todo o plenário e todos os que faziam parte da... assistindo à CPI. Então, que a Mesa determinasse, em todas as reuniões, um cadastramento, com RG, das pessoas que têm assistido às reuniões da CPI do Combustível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Vamos começar hoje já com essa sugestão. Peço à secretaria que providencie um papel timbrado da Câmara. Peço a todos os presentes, assessores ou não, identificarem-se, aqui dentro, colocando os documentos. Os que acharem que não devem fazê-lo não permanecerão no recinto. Vamos ver quem está presente: Jaime Martins não está



presente; Eliseu Padilha também não está. Nelson Bornier. Vamos lá, Nelson. Requerimento nº 29, do Deputado Nelson Bornier, que requer a convocação do Exmo. Sr. Procurador do Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, estamos requerendo aqui a presença destes Procuradores Federais: Exmo. Sr. Edmar Gomes Machado, de Franca, São Paulo; Exmo. Sr. Valois de Souza, de Campinas; Exmo. Sr. Frenesi Leite, de Londrina, Paraná; Exmo. Sr. Capelari Júnior, de Piracicaba; e Exmo. Sr. Eduardo Bruno, de Ribeirão Preto. Esse nosso requerimento tem por finalidade... Do ofício que encaminhei na audiência passada, em que todos esses procuradores foram autores de mandados de segurança contra aqueles que deram seus depoimentos na semana passada, ou seja, os representantes de sindicatos, e, a partir daí, eles, como autores realmente desse processo contra essas empresas, é a razão que eu faço esse requerimento, para que eles possam explicitar para cada um de nós, membros desta Comissão, esse tipo de ação. E contando realmente com os companheiros desta Comissão para aprovação desse requerimento.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Sr. Presidente, queria pedir ao Nelson se seria possível incluir o chefe dos procuradores do Estado de São Paulo, também, que é o chefe geral de todos eles lá. Se havia possibilidade.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Com certeza, temos aqui, inclusive, além de São Paulo, também temos do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Só para ajudar, para nós não termos problema: tem um, dois, três, quatro, cinco; agora, com outro, seis. Fica inviável fazermos uma audiência pública....

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Da minha parte, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Não tem problema. Então, quero avisar que vamos dividir em três/três. Vão ser duas audiências para a gente não ter problemas, tá legal?

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Tudo bem. Acho que a colocação do Deputado Nelson Marquezelli vem de encontro, porque realmente as chefias desses procuradores acho de suma importância. Aí fica a critério da Mesa e do Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Tá bom. Então, aqueles Deputados que concordam permaneçam como estão. Então, está aprovado o requerimento. Deixe-me ver se há mais outro do Nelson. Que seja convocado o Sr. Diretor de Abastecimento da empresa PETROBRAS, da Refinaria de Manguinhos e também da Refinaria de Petróleo Ipiranga. Sr. Deputado Nelson Bornier. Posso, antes, só para ajudar, no dia 29, quinta-feira, está vindo a PETROBRAS, com o Dr. Carlos Ney, e iremos incluir o Rogério Manso. Então, fecha a PETROBRAS. Então, já está sabendo. Então, vamos aprovar, aqui, os diretores da Refinaria de Manguinhos, de Abastecimento e também da Refinaria de Petróleo Ipiranga.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Sr. Presidente, apenas para esclarecer, é importante os diretores de abastecimento, como é o caso da PETROBRAS, o Sr. Rogério Manso, e também de abastecimento das outras empresas. Eu queria até fazer um esclarecimento, hoje, aos colegas, aqui. Eu vinha lendo agora no avião, e gostei muito de uma declaração do Presidente da PETROBRAS, quando ele agora tomou uma posição. Esse meu requerimento vem de encontro a isso, ou seja, ele estancou, de uma vez por todas, a venda de combustível dos que não pagarem a contribuição CIDE. Ou seja, ele vai encarar de peito aberto realmente. E é o que teria que ter sido feito no início, até porque essas empresas-laranjas, que agora desaparecem, e que, porventura, julgando o mérito dessas ações, a PETROBRAS não vai fugir da responsabilidade desse pagamento. E isso teria que ser feito no início. E essa responsabilidade é que nós vamos ter que dar a cada diretor de abastecimento, não só da PETROBRAS, mas também das duas outras refinarias, que são a Manguinhos e a Petróleo Ipiranga. Estou de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – A sugestão do Relator, a qual eu creio que pode enriquecer a proposta do nobre Deputado Nelson Bornier, é de que nós fizéssemos um convite ao Presidente da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Tudo bem, para mim, a finalidade maior, estou de acordo, a finalidade principal....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Nós já acertamos, a PETROBRAS virá dia 29. Já acertamos com os diretores de abastecimento; já estão vindo. Se o Presidente puder estar aqui encaminharemos juntos.



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – O.k. Minha preocupação maior é quem tem essa responsabilidade na venda e conseqüentemente a cobrança. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado o Requerimento nº 34. José Carlos Araújo, deixe-me só fazer uma ponderação. O Deputado José Carlos Araújo solicita que sejam convidados os Srs. Deputados Distritais, Presidente e Relator da CPI dos Combustíveis funcionando na Câmara Legislativa do Distrito Federal, para prestarem esclarecimento em reunião secreta sobre fato já apurado naquela Comissão, denúncia sobre a existência e suposta pressão contra depoimento de integrante daquela Comissão. Deputado José Carlos Araújo. Requerimento nº 38.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr Presidente, embasei meu pedido nas notícias veiculadas pelo *Jornal de Brasília* de que o Deputado Chico Vigilante sofreu ameaças e também o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Postos de Gasolina do Distrito Federal, Sr. Raimundo Miquilino, e sua família. Então, se a CPI do Distrito Federal já avançou ao ponto de estar sofrendo ameaças, alguma contribuição deve nos dar. Nós devíamos saber onde essas coisas estão acontecendo. Mas também entendo, Presidente... Estou vendo aí aprovando requerimentos que convocam e convidam muita gente. Ou nós dividimos isso por setor a ser convocados — e aí S.Exa, o Relator, abordou muito bem: estão convocando aí a PETROBRAS, as refinarias, acho de bom alvitre... E aí, em comum acordo com o Relator, poderíamos até aprovar o nosso requerimento e deixar para depois, depois que dividirmos isso por setor. Quem é que vai ficar vindo? Porque eu ouvi agora a convocação da refinaria da PETROBRAS — eu acho excelente — como também a de Manguinhos. Eu não conheço a estrutura da refinaria, o que deve vir, mas ouvi, no último relato da Comissão, que a refinaria de Manguinhos vende uma grande quantidade de solventes; parte deles vai para tintas; outra parte não se sabe para onde vai. E a grande... Quando se pega o combustível para adulterar, o que se usa da adulteração do combustível é justamente o solvente. Nós precisávamos ouvir de Manguinhos para onde vai essa grande quantidade de solventes fabricados por ela. Acho que V.Exa. que conhece bem isso tudo, saberá quem deve vir aqui: se o diretor de produção; se o diretor de distribuição. Mas acho que deveríamos dar prioridade à convocação das pessoas ligadas às refinarias.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deixe-me só dar um informe a cada Parlamentar presente. Os requerimentos que estão hoje aqui têm o intuito de enriquecer as nossas... Nós é que depois vamos montar, como nós estamos fazendo, dentro daquela reunião informal, para toda hora não termos que estar repetindo. Então, vamos aprovar; depois, é claro que não vamos... Num primeiro momento, vamos trazer aqueles que podem abastecer a gente de informação. Então, vão continuar sendo prioridade aqueles que vão abastecer de informação, para depois entrarmos numa segunda etapa. E depois tem a terceira etapa, que são os acusados. Quem for acusado nós iremos trazer aqui. Então, só para ter ... Não é que vai aprovar e vai vim na semana que vem. Para encaminhar, o nobre Deputado já falou. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento nº 38. Vamos passar, agora, para os requerimentos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Presidente, fiz questão de salientar “em reunião secreta”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Tudo certo.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, tenho preocupação com a ordem dos depoimentos. Que organizemos isso e façamos uma reunião reservada para tratar dessa ordem. Mas gostaria de incluir no horizonte dos depoimentos da Comissão, eu não considero como um depoimento de culpados, mas um depoimento esclarecedor, um convite aos juizes que tradicionalmente concedem liminares sem as devidas cauções. Então, que a gente inclua, nessa seqüência de depoimentos, um espaço reservado a um convite aos juizes contumazes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Só quero reafirmar ao nobre Deputado Luciano Zica que, na primeira reunião, discutimos essa matéria, e os juizes virão na hora certa, convidados ou convocados, entendeu? Até vamos fazer um debate entre nós sobre a situação dos juizes. Então, essa questão dos juizes temos que saber o melhor momento. Só para, novamente... Fizemos reunião informal, semana passada, quando decidimos como será o nosso cronograma. Então, não adianta a gente ficar aqui repetindo de novo; já está morto; fizemos uma reunião informal quando definimos o esqueleto da nossa... Então, peço aos companheiros que não sejam repetitivos, para que a gente consiga centralizar em cima dos nossos trabalhos. Nós não estamos dando seqüência, porque alguns



Deputados não estavam presentes. Então, por sugestão dos Deputados Marquezelli e João, estaremos trabalhando primeiro com os dos Deputados que estão aqui presentes. Então, vamos passar, agora, ao requerimento do nobre Deputado João Caldas. Vamos lá João Caldas. O primeiro, Requerimento nº 36 teve resultado favorável.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Esse é qual, do Rogério Manso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Só para avisar que já foi aprovado requerimento já do Rogério Manso, a sua vinda, entendeu, aqui; e ele já virá no dia 29, entendeu, já está presente.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Então, está o.k.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES – Só para uma questão de ordem. Há três requerimentos com relação à PETROBRAS. E que o Presidente fizesse, com a competência que tem feito, ofício ao Presidente da PETROBRAS, dizendo que o estafe da PETROBRAS deverá estar presente para que não tenhamos dúvida, quando quisermos, se for só diretoria de distribuição, ou seja, se vier todo o estafe, que a gente passe um dia, vamos dizer assim, discutindo a PETROBRAS por inteiro. E fazendo adendo a isso, eu tinha pedido ao Deputado Luciano Zica, conforme nós combinamos, primeiro ouvir o estrutural, o macro. Porque se nós entrarmos no varejo já, não ouviremos o macro e corremos o risco de nos perder. Então, a ANP, a PETROBRAS, os sindicatos, tudo que for estruturalmente forte, que a gente faça primeiro, para depois termos tempo de descer às derivações que interessam a cada um dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Está correto. Um outro requerimento do Deputado João Caldas. João Caldas, esse requerimento, nós não precisamos...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, é o seguinte. Os Requerimentos nº s 37 e 38, como nós estamos fazendo uma coisa concatenada e atendendo a esse princípio de ordenamento, até porque não estamos açodados para fazer esse outro tipo de audiência, que talvez até seja desnecessária, quem sabe, se com o decorrer do tempo apurarmos mais coisa. Então gostaria de que o Presidente adiasse, postergasse para...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Não, eu faço outra. As deliberações secretas não precisam de a gente aprovar aqui. Nós vamos... Se nós entendermos, entre nós da Comissão, que o Gil Siuffo, a FECOMBUSTÍVEIS tem que vir novamente, numa reunião secreta, entendeu, nesse grau de harmonia que estamos, a gente convoca uma reunião e trabalhamos...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Inclusive foi o que sugeri no dia da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Até a reunião secreta... nós não vamos dizer o dia em que será reunião secreta. Então, nós vamos avisar a cada Deputado e vamos...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Está o.k., Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) –Está legal. Como diz o Regimento Interno, gostaria de que o Deputado retirasse o requerimento...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Retiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Tanto o 37 como o 38, não é?

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – O 38 é de outra autoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Não. O 38 já foi aprovado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES – No caso do requerimento do colega Deputado José Carlos Araújo, existe um requerimento do Deputado Ministro Padilha em que todos os Estados devem ser ouvidos onde tiver a CPI. Nós só também precisamos nos organizar. Eu peço, não só à assessoria da Casa para levantar junto com a Ivete, para que possamos ordenar esse processo. Se formos ouvir todas as CPIs, temos que organizar esse tempo. Parece que na próxima semana já vêm as CPIs que findaram, como a de Pernambuco, a de Paraíba e outras mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – É isso. É certo que como o ex-Ministro Eliseu Padilha não se encontra, tem um requerimento.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Não, o do Deputado João Caldas já foi aprovado, o de nº 36, que é a questão da PETROBRAS e o do Rogério Mota já foi aprovado, são aqueles que estão ali.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputada Rose.



A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, eu me inteirei a respeito dessa pauta e encontrei um requerimento um tanto surpreendente de V.Exa., que, com todo direito, pode fazê-lo como bem entender, em que convoca o Governador Paulo Hartung, do meu Estado. E eu tomo conhecimento, através de um relatório, de um requerimento de V.Exa., que tem toda a liberdade de fazê-lo — V.Exa. sabe a estima que lhe tenho — , mas eu não entendi, e convoca o ex-Secretário da Fazenda. Acho que é um equívoco, porque o secretário atual é o Sr. Teófilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só para ajudar, Deputada...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Só, só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quando da minha intervenção, quando eu for ler o meu requerimento, eu vou explicar não só do nosso Estado — porque eu também sou capixaba, estou no Rio de Janeiro —, mas também vou falar de São Paulo e também vou falar do Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Posso completar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Pode.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Se V.Exa. permitir, eu queria dizer o seguinte: dentro do raciocínio que foi tecido na nossa reunião, inclusive para facilitar o trabalho, nada contra que V.Exa. faça, apenas queria a consideração, por ser do Espírito Santo e ser Vice-Presidente desta Comissão, de poder entender qual é o pensamento dessa convocação. E a respeito também de que os Estados prioritários a ser convocados seriam os que têm CPI instalada. No Espírito Santo não existe CPI instalada. É um trabalho também a se fazer lá, junto aos Parlamentares da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só vou lhe afirmar...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Então, eu gostaria só de solicitar de V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está bom. Só vou lhe afirmar...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - ... que quando se referir aos Estados dos Parlamentares presentes a esta Comissão, seria bom que a gente também participasse, no caso, da elaboração do requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Olha só, eu quero... Na minha falação, eu vou justificar porque eu estou convidando os nobres Governadores dos Estados para estarem aqui presentes.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Entendeu-se que não é nada contra, e nem posso ter...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, de maneira nenhuma.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Mas apenas se V.Exa. lembrar que tem uma Deputada do Espírito Santo aqui, seria mais fácil para a gente entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, olha só...

O SR. DEPUTADO ROBERTO FREIRE - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está bom. Agora eu vou passar, eu queria passar a Presidência para a nobre Deputada Rose, para eu ler os meus requerimentos. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Carlos Santana, para a leitura do seu requerimento e depois, em seguida, a sua discussão. Requerimento nº 30/03, que requer que seja convidado para participar da audiência pública o Sr. Deputado Estadual da Paraíba Frei Anastácio, Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Combustíveis do Estado da Paraíba. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Primeiro, dentro do espírito nosso das convocações, não só onde há CPI, mas dos Estados onde há problemas em relação à questão dos combustíveis. Frei Anastácio é o Relator da CPI na Paraíba e é uma das pessoas que vamos convocar para estar presente para dar esclarecimentos. Então, peço o apoio dos demais Parlamentares para a convocação do Frei Anastácio.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Em discussão o requerimento do nobre Deputado.

(*Intervenção inaudível.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não vai discutir, não? Apenas votação? Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado. Bom, eu queria até aproveitar este momento porque essa questão



também é um pouco incômoda para nós aqui na CPI. Acho que qualquer requerimento, Sr. Presidente, que agora discute o seu requerimento, eu gostaria que fosse discutido pelos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Mas é para ser discutido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Então, não passar à votação imediatamente, porque eu, por exemplo, tenho objeções a alguns requerimentos. Acho que alguns Parlamentares podem apensar seus requerimentos a outros, para o bom andamento dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Pela ordem, Presidenta. Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - A Presidência da Comissão é de V.Exa. neste exato momento. Então, sempre há uma prática nesta Casa de discussão. Então, os requerimentos que não estão sendo discutido é porque os Deputados não querem, alguns Deputados. Então, aqueles que queiram discutir devem pedir inscrição, pela ordem, e abre-se a discussão. Aqueles que não, a gente passa para a votação direto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Então, vamos fazer como deve ser feito, como V.Exa. tão bem disse agora.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Em vez de nós votarmos, vamos voltar um pouquinho atrás e vamos colocar em discussão o requerimento do Deputado Carlos Santana. Alguém que queira discutir...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, Presidenta, pela ordem. Foi matéria vencida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas)- Está bem, está bem. Vamos ao segundo. Essa prática aqui... Vamos embora, não é, Deputado? Agora o Requerimento nº 31/03, do Deputado Carlos Santana, que requer que seja convidada para participar de audiência pública a senhora jornalista Cristina Matos. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Essa jornalista, Cristina Matos, é uma jornalista que vai vir num segundo momento nosso, porque é uma jornalista que trabalhou vários anos em discussão desse sistema da questão da máfia do



combustível e da adulteração. Hoje, ela está sob proteção policial aqui em Brasília, junto ao Ministério da Justiça e à Secretaria de Direitos Humanos. Ela viria a esta Comissão prestar esclarecimento de todo o trabalho que ela levantou no Estado todo, no Brasil todo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Em discussão o requerimento do nobre Deputado Carlos Santana. Alguém gostaria de discutir? Algum dos Parlamentares? Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 32/03, também do Deputado Carlos Santana, que requer seja convidado para participar de audiência pública o Sr. Antônio Siufi Neto, do Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Mato Grosso. No Mato Grosso do Sul não se conseguiu fazer uma CPI, mas o Mato Grosso do Sul tem uma força-tarefa que está fazendo todo esse trabalho. Ele é uma pessoa do Ministério Público, ligada ao Ministério Público, que está nessa força-tarefa e que pode esclarecer como está sendo o processo no Mato Grosso do Sul.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Em discussão o requerimento do Deputado Carlos Santana. Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento também do Deputado Carlos Santana nº 33/03, que requer seja convidada...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - ...para participar de audiência pública a Sra. Luciana de Souza Araújo. Para encaminhar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu gostaria, se V.Exa. tivesse mais outros requerimentos do Deputado Carlos Santana, que lesse em bloco. S.Exa. faz as apresentações, e nós votamos em bloco. É melhor do que um a um. Esse é o último?

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - É o último.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Há pouquinho, eu tentei atropelar o Regimento aqui, e V.Exa. esbravejou. Mas só pode ser dessa maneira. Não há jeito, não pode ser de outra maneira.



O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Deixa eu só... Ela é uma Procuradora, uma Procuradora da Paraíba, que está fazendo todo o trabalho, não só na Paraíba, mas também em todo o Nordeste nessa discussão nossa da questão do combustível e viria para prestar esclarecimentos de toda aquela região.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Em discussão o requerimento do Deputado Carlos Santana. Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado. Passo a Presidência ao Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Tem mais aí.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Dos Governadores? Tem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não. Agora eu tenho o 33. Vamos seguir... Vamos fazer a seqüência ou vamos fazer em bloco todos os seus requerimentos?

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Faz tudo logo em bloco, faz em bloco. Faz em bloco.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Trinta e nove. Então passamos à apresentação do nº 39/03, também do Deputado Carlos Santana, que requer sejam convidados a participar de audiência pública a Sra. Rosângela Rosinha Garotinho, Governadora do Estado do Rio de Janeiro, e o Sr. Mário Tinoco da Silva, Secretário Estadual da Fazenda e Controle-Geral, também do Rio de Janeiro. Com a palavra o Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Primeiro que esse requerimento, ele para mim é de extrema importância, não só esses Governadores que eu convoquei — quero convidá-la, não vou convocá-la, quero convidá-la a participar — há muitos mais, porque eu acho que os nobres Deputados deveriam convidar os outros Governadores, que é onde eles têm que explicar algumas questões que para nós são centrais. Por que não da unificação do ICMS hoje, que para nós é extremamente importante, como nós trabalhamos na Emenda nº 33? Hoje favoreceria muito os Estados, no processo de sonegação, a ajuda deles em todos os processos que estão acontecendo nesta Casa, na questão dos projetos nossos, internamente. O Estado do Rio de Janeiro é o Estado que mais perde ICM da Federação, que é 31% que se perde. Então, para mim, é extremamente importante vir. Eu nem sei... Hoje, para nós, todos os três requerimentos, mas achando que até



os outros Deputados deveriam também chamar os outros nobres Governadores de outros Estados onde acho devido. Por isso é que eu acho que é importante a nobre...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sra. Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Araújo, do PFL da Bahia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nobre Presidenta, eu pedi para discutir esse requerimento porque, *data venia* do nobre Presidente Carlos Santana, eu sou contra a convocação dos Governadores aqui. Por que? Na verdade, quanto ao tratamento do ICMS, que o Deputado Carlos Santana colocou muito bem, este assunto está sendo tratado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os próprios Governadores na reforma tributária. Essa coisa já está sendo tratada. Segundo, nós vamos trazer aqui o Secretário da Fazenda? Ótimo. Acho que ele tem muita coisa. O pessoal da fiscalização? Muito bem, eu também acho que deve trazer. Agora, na hora em que nós vamos trazer um Governador aqui a esta Comissão, de pronto, no começo de uma Comissão... Se for lá ao fim, se for necessário mesmo o esclarecimento, é outra coisa. Mas, neste momento, nós não vamos tratar de trazer Governador porque nós vamos tratar de política local do Rio de Janeiro nesta Comissão. Sei que não é essa a intenção do Deputado Carlos Santana. Eu tenho certeza absoluta de que não é essa a intenção do Deputado Carlos Santana, mas nós não podemos estar no pensamento de todos os Deputados que compõem a bancada do Rio de Janeiro. Na hora em que trouxermos a Governadora Garotinho aqui, vai ser um tiroteio. E eu não estou aqui... Estou aqui muito tranqüilo...

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Tiroteio está no Rio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – ...até porque a Governadora Garotinho não é do meu partido. Portanto, era essa a colocação que eu queria fazer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Nelson Bornier para discutir o requerimento.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Sra. Presidenta, permita-me, com todo respeito ao companheiro Carlos Santana, mas acho que essa matéria realmente, em que pese o Governo estar discutindo a questão da reforma tributária com os Governadores, eu acho que até vai ter momento certo para nós fazermos



isso aqui. Mas eu acho que, neste momento, temos discutir efetivamente quem tem essa responsabilidade, se são os Secretários de Fazenda. E mais ainda, se me permitir o companheiro Carlos Santana, de a gente poder aditivar a esse requerimento também os Diretores de Fiscalização das Secretarias de Fazenda, que são realmente essas pessoas que conhecem dessa matéria. Nem todo Secretário de Fazenda, ele pode conhecer de economia, de receita e tudo mais, mas não entender efetivamente dessa questão. Então, eu pediria aqui ao Deputado Carlos Santana se a gente pudesse aditivar esse requerimento que, acompanhado ao Secretário de Fazenda, viesse também o Diretor de Fiscalização de cada área, de cada Estado desse que ele está requerendo. E mais do que isso, se houvesse uma inversão, Deputado Carlos Santana, porque após o episódio do Rio, do caso Silveirinha, o Governo do Estado do Rio desmembrou essa Secretaria. Ele criou a Secretaria de Receita Estadual e a Secretaria de Fazenda. E, nesse caso específico, a responsabilidade nessa questão tributária ficou com a Secretaria de Receita Estadual. Que invertesse, em vez de ser Secretário de Fazenda, o Secretário do Rio, o único dos três requerimentos, é Secretário de Receita Estadual, ao qual essa incumbência foi dada inclusive com a nomeação, parece-me, de um Promotor. De forma, Deputado, se V.Exa. assim permitir o aditamento a esses três requerimentos, que, além dos Secretários de Fazenda, também os Diretores de Fiscalização e, mais do que isso, no Rio, a retificação, em vez do Secretário da Fazenda, seja o Secretário de Receita Estadual. E, se assim o entender, essas convocações de Governadores acho que vão ser importantes, sim, porque vamos estar no meio da discussão da reforma tributária, e eu sei que eles vão contribuir. Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria primeiro de trazer o meu apoio ao requerimento do Deputado Carlos Santana, entendendo até que estamos aprovando requerimentos que terão uma cronologia de audiência. Não quer dizer que virão amanhã. A outra questão, o Deputado, nosso companheiro, José Carlos Araújo mencionou que a questão da alíquota única do ICMS é objeto da negociação da reforma tributária. Essa questão não passa pela reforma tributária. Já foi feita a alteração na



Constituição, já há a Emenda nº 33, aprovada em dezembro de 2001, que trata de exigir a regulamentação da cobrança da alíquota única do ICMS para combustíveis e lubrificantes em todo território nacional. E essa regulamentação, que infelizmente não foi feita ainda no ano passado, neste ano já tem um projeto de lei aprovado na Comissão de Finanças e Tributação tratando dessa questão, aprovado na semana passada, do qual estaremos solicitando urgência urgentíssima, colhendo assinaturas no dia de hoje, com vistas a tratar dessa questão, que eliminará, com certeza, grande parte da sonegação que ocorre hoje no mercado de combustíveis. Por isso, acho muito importante, acho desnecessário que chamemos nesse primeiro momento muitos outros Governadores. Pode ser que tenhamos que produzir, num segundo momento, uma reunião para que a CPI contribua na busca desta regulamentação. Então, fiz questão de usar a palavra para defender a aprovação do requerimento e trazer esses esclarecimentos acerca da tramitação dessa regulamentação da questão do ICMS para combustíveis e lubrificantes. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Com a palavra, ainda para discutir, o Deputado Alexandre Santos, do PSDB do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – Bem, Sra. Presidenta, eu quero dizer que, com a sua ida à Presidência, certamente, esta Comissão se torna bem diferente, principalmente neste momento. Quero dizer que estou de acordo em apoiar as proposições do Deputado Carlos Santana, mas eu pediria ao nobre companheiro para que os Governadores viessem no momento de discussão como iremos implementar. Neste momento, precisamos mesmo buscar os dados para nos aprofundarmos nas investigações necessárias, para podermos, realmente, dar a linha, a conduta, como a quebra de sigilo bancário e fiscal de todas as empresas, as grandes, que fabricam, as menores que têm jogo entre elas, para que nós possamos acabar de uma vez por todas, dando celeridade ao processo de investigação e também darmos uma pauta mais direta à CPI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Primeiro, eu quero dizer que eu fico satisfeito porque esse requerimento abriu um debate na Comissão. Estava muito morno, e é bom a gente abrir um debate. Primeiro, que eu acho que ali no requerimento não tem data da convocação da Governadora ou dos Governadores,



porque eu faço mais outros requerimentos. Eu quero dizer que, para mim, o Governador é a palavra máxima do Estado. Nenhum Secretário faz aquilo que não tiver uma política centralizada do Governador ou da Governadora. No intuito, o convite é até para ajudar. Essa é que é a grande questão. Os Estados hoje estão perdendo enormemente a questão do ICMS. Há um outro agravante que, para nós, nós temos de trabalhar. Há um cronograma, e aí cada um de nós está vindo a todos os debates. Na audiência passada, surgiu um problema que o Presidente do Sindicato de Campinas levantou com muita propriedade, a questão dos postos de gasolina nos supermercados, que não estão pagando o ICMS da gasolina, entendeu? Nos Estados, está fazendo uma compensação, uma conta de chegada que, no final, prevalece mais os produtos de gênero alimentício do que o ICMS da gasolina. Isso, o Estado está perdendo. Então, acho que, por exemplo, o convite à Governadora e depois os meus outros convites de São Paulo, Espírito Santo, acho que do Paraná também — depois, mais tarde, eu vou fazer um convite ao Paraná, entendeu, para mais outros Governadores virem — é para virem fortalecer o trabalho nosso. Eu concordo. Quero botar o adendo do nobre Deputado Nelson Bornier, acho que tem que está o adendo. Porque o calendário nosso... Nós, hoje, estamos uma reunião de trabalho, vamos aprovar, em torno, tudo indica, de mais de 20 requerimentos. Depois, temos de sentar e fazer o cronograma de convocação ou de convite das pessoas aqui. Esse daqui vai ser, nem no meio de junho, vai poder vir, porque a gente não sabe, no mês de junho, como nós vamos trabalhar, se vai haver a convocação, se não vai haver a convocação, e assim sucessivamente. Então, era isso, eu queria justificar e aceito o adendo do nobre Deputado Nelson Bornier.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA – Na verdade, Sra. Presidenta, eu estou chegando à Comissão, substituindo, por indicação da minha bancada, a Deputada Vanessa Grazziotin, e já tenho alguma experiência no tratamento dessa questão lá na Bahia, José Carlos Araújo? E queria dizer que concordo com o requerimento do Deputado Carlos Santana. Acho que é pertinente. E o importante é nós definirmos o melhor momento, a melhor oportunidade para ouvir os Governadores. Há uma expectativa muito grande no Brasil inteiro em torno dessa



CPI, e é interesse também dos Governadores contribuir para que a comercialização de combustíveis, a qualidade dos combustíveis no nosso País possa ter uma modificação, uma expectativa grande de todos os cidadãos. Eu acho que os Governadores se sentirão à vontade vindo aqui, no momento oportuno, para dar uma contribuição no sentido de equacionar essa relação que tem sido de enorme conflito no Brasil inteiro. Portanto, eu queria manifestar o apoio ao requerimento do Deputado Carlos Santana com essa indicação de que nós, posteriormente, faremos uma discussão a respeito do melhor momento da convocação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Com a palavra o Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Sra. Presidenta, eu, desculpa aqui, eu vou ratificar o que eu disse no início. Eu não sou contra a convocação desses Governadores. Eu só entendo que os administradores foram eleitos para o cargo executivo, mas não têm a obrigação, eles, de serem clínica geral, ou seja, de conhecerem de todas as pastas. Eles, para isso, convocam e lá nomeiam, realmente, os seus representantes e conhecedores de cada setor. Eu acho que o que está em jogo hoje nesta CPI é justamente a gente tomar conhecimento efetivo das pessoas que estão ligadas diretamente à essa questão, já que estamos aqui convocando o Secretário de Fazenda, para saber dessa questão da sonegação, dessa máfia da indústria de liminares. E Governadores vão chegar aqui para fazer uma exposição de toda a consistência da tributação, mas não com conhecimento profundo que um Secretário de Fazenda e um Diretor de Fiscalização têm com toda certeza. De forma que, eu não sou contra, não. Acho que vai ter momentos, sim, para a gente colocar, até porque eu também não vejo para quem está hoje numa função de Executivo querer que fique, de uma vez por todas, eliminada essa questão da sonegação. Quem é que está hoje administrando e não quer, realmente, mais arrecadação para o seu Estado? Não tenho dúvida de que vai ser importante, mas eu acho que, para a gente colher dados realmente efetivos, eu acho que se faz necessário, não só os Secretários, como também os Diretores de Fiscalização. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Não tendo mais inscritos para discutir o requerimento, vou colocar em votação. Aqueles que aprovam



permaneçam como estão. (*Pausa.*) Dois votos contrários. O senhor deseja fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS – Eu gostaria só de fazer um esclarecimento, porque aqui foi colocada a questão para o companheiro poder retirar, simplesmente, a questão dos Governadores. Eu queria, primeiro, que você fizesse um posicionamento, Sra. Presidenta, em relação à questão se ele vai retirar a questão do Governador ou não. Aí, sim, a gente colocaria em votação, se possível. Porque não foi colocada essa questão. Vários companheiros aqui se colocaram em relação a isso. Eu não cheguei a falar, mas entendo da forma que outros companheiros colocaram, mas isso não foi expressamente colocado aqui por V.Exa. Eu gostaria de saber qual é a posição hoje do requerimento, porque eu, por exemplo, sou totalmente a favor. Mas, neste momento, acredito que a Governadora não poderia tanto contribuir, até porque entendo que o Governador não é técnico na matéria, salvo um ou outro. Então, de repente, não iria contribuir neste momento. Acredito que temos de nos aprofundar um pouco mais na questão e, futuramente, com certeza, estarão expostos aqui os Governadores para poderem estar debatendo a matéria, com certeza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – A observação do Deputado Sandro Matos procede em dois sentidos, inclusive porque, anteriormente, o Deputado, acho que Nelson Bornier, sugeriu que acrescentasse ao requerimento de V.Exa. o Diretor de Fiscalização. Acrescentar ou retificar?

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Acrescentar os Diretores de Fiscalização desses Estados junto com os Secretários de Estado da Fazenda, só que no Rio de Janeiro, ao invés de ser Secretário da Fazenda, é o Secretário da Receita Estadual, porque essa Secretaria foi desmembrada, ficando esses poderes de fiscalização a critério da Secretaria de Receita Estadual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Também pode ser feito um requerimento à parte, que V.Exa. submete, e ele e pode ser apensado ao requerimento do Deputado Carlos Santana. Então, tem duas coisas, acho que nesse caso não precisaria votar a sugestão de V.Exa., apenas V.Exa. poderia elaborar esse requerimento. E o Deputado Carlos Santana, com a palavra para dizer se retira.



O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Só quero reafirmar a minha posição: a manutenção dos Governadores e a inclusão da proposta do companheiro, nobre Parlamentar Nelson Bornier.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – O requerimento é de autoria pessoal, intransferível, não pode ser alterado, a não ser com o próprio consentimento do autor. Portanto, permanecendo como está, teremos de colocar em votação na íntegra. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)* Quatro votos contrários.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Voto contrário só à Governadora neste momento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Deixa eu esclarecer, por favor.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Mas ela poderá vir em outro momento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Não pode. Você dividiu o requerimento.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Aprovo o requerimento, desde que seja desmembrado em momentos próprios, ou seja, até para o final da CPI, se for o caso, porque eu acho que neste momento a gente tem de discutir a matéria. A matéria é sonegação, gente. Não adianta vir Governador. O administrador hoje não é obrigado a conhecer de saúde, educação, finanças. Ele é obrigado a escolher as pessoas da pasta que entendam.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Sra. Presidenta, o requerimento é meu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Deputado Nelson Bornier, nós estamos apenas com um problema de encaminhamento e V.Exa. tem de entender. O autor do requerimento não retira, não altera. Portanto, ele tem de ser votado como está. E o requerimento será votado e V.Exa. terá de votar, a favor ou contra. Não poderá dividir o seu voto em duas partes. É a favor do requerimento como está...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Com todo respeito ao Deputado Carlos Santana, Presidente desta Comissão, nesse caso voto contra.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Vou colocar em votação novamente, para que fique claro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Estamos em processo de votação, mas se V.Exa. pretende colaborar, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – É justamente para esclarecer a votação, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Pois não, com a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Nada impede que eu queira votar no requerimento do Deputado Carlos Santana, que tem quatro ou três itens, e em um dos itens estar em desacordo com o requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Infelizmente, Deputado, impede. O requerimento... V.Exa. me permite...

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Sra. Presidenta, um esclarecimento. Não há discordância. Há discordância de momentos aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Só quero reafirmar, meu companheiro Nelson Bornier, quero falar com o companheiro, porque é meu companheiro de Estado e por quem tenho o maior respeito. A convocação não vai ser amanhã. A convocação não vai ser posterior. Nós estamos trabalhando um requerimento da mesma forma que eu fiz um requerimento para o Estado de São Paulo, fiz um requerimento para o Estado do Espírito Santo. Vai ter um momento que os Governadores vão ter de ser convidados a esta Comissão. Esse requerimento é para isso. Não vai ser amanhã, como vários requerimentos que nós aprovamos aqui, não vai ser. Se for pegar a lista de requerimentos que está aí... Então, só quero dizer isso. Então, o requerimento, para não parecer que eu sou intransigente. Tem aqui uma pessoa que é extremamente *light*, que sabe a necessidade que tem de os Governadores virem aqui. Agora, os Governadores podem vir... Eu acho que seria leviano da minha parte convidar os Governadores para estar aqui na semana que vem. É isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Eu preciso esclarecer ao Plenário que requerimento de igual teor, também do mesmo autor, será votado



daqui a pouco. E acho que seria profícuo que nós tivéssemos uma discussão para entrarmos num acordo. Nós vamos colocar em votação. Já estávamos em processo de votação, e o Deputado Carlos Santana não retira e não divide o seu requerimento, até porque está em processo de votação e agora não poderá fazê-lo. Agora, eu queria dizer ao Deputado Araújo. Deputado, infelizmente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Já está esclarecido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Infelizmente, o requerimento não pode ser alterado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Infelizmente, eu não concordo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Lamento contrariar V.Exa., que é um dos mais assíduos Parlamentares desta Casa. Vou colocar em votação o requerimento na mesma ordem que está exposta: Requer que sejam convidados para audiência pública a Sra. Rosinha, Governadora do Rio de Janeiro, e o Sr. Márcio Tinoco da Silva, Secretário Estadual da Fazenda e Controle Geral. Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Cinco votos contrários, seis a favor. Aprovado o requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Presidente, é matéria vencida, mas eu quis fazer a tempo e lhe pedir a votação nominal, infelizmente a matéria é vencida, está votada e não posso mais fazer. Mas, na verdade, eu... Quantos Deputados presentes da Comissão têm aqui hoje para saber na conta como ficou a votação?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Apenas a Presidência queria entender. V.Exa. é contra o requerimento permanentemente? Porque o Deputado Carlos Santana diz que o tempo em que se fará isso poderá acomodar os interesses...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Infelizmente, ficou acertado que iriam votar na íntegra. Na íntegra como é, como está, nós somos contra. O Relator não sei se votou. Se ele votou, se foi consignado o voto do Relator. Então, saber como...

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA – Sra. Presidenta, só para um esclarecimento.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Deputado Rafael, com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA – Esclarecer inclusive o porquê do meu voto. Eu acho que não devíamos convidar um Governador e um Secretário. Nós estamos convidando a autoridade maior e o subordinado. É um ou outro. Acho que devíamos chamar os Secretários de Fazenda. Se houver alguma pendência, alguma dúvida, então, vamos chamar o Governador. Eu acho que toda vez que chamarmos postos hierárquicos... Será que eu posso ter a palavra garantida, Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Rafael, V.Exa. tem a palavra garantida. Têm alguns Deputados inquietos aqui, eu gostaria de pedir e colaborar para que garantisse a palavra ao Deputado Rafael. Por favor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Eu acho que se nós chamarmos posições hierárquicas diferentes é um contra-senso. Quer dizer, o Secretário de Fazenda vai ter que ouvir o Governador falar, porque ele é autoridade maior. E talvez, até do ponto de vista técnico, o Secretário possa contribuir muito mais do que o Governador. Então, o motivo do meu voto contrário que eu queria esclarecer era esse aí.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Esclarecido. Vamos passar à votação do Requerimento 40/03.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. não esclareceu a votação. Foi 6 a 5.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Foi 6 a 5. Está aprovado o requerimento. V.Exa. pode pedir verificação de *quorum* da Comissão. Mas tem *quorum* a Comissão. Sr. Relator, com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - O Relator vai se abster de votar e assinar qualquer tipo de requerimento e de votação aqui dentro. Eu vou ficar isento a qualquer tipo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Vamos declarar o *quorum* da votação? Seis votos a favor, cinco contrários, com uma abstenção.

Passo ao seguinte Requerimento 40/03, do Deputado Carlos Santana, que requer sejam convidados a participar da audiência pública o Sr. Governador do



Estado do Espírito Santo, Paulo Hartung, e o Sr. João Luís Tovar, ex-Secretário Estadual — faço uma correção ao requerimento — do Estado do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra... Obrigada pelo “a” que V.Exa. acrescenta, que é uma questão de gênero, mas me satisfaz bastante.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA - Sra. Presidenta, eu quero dizer que, para tentar não ser aqui uma disputa meramente de votação, eu vou retirar meus dois requerimentos, porque eu quero a unidade, agora achando que é equívoco essa posição. Mas eu quero dizer isso: quero tirar os meus dois requerimentos, até porque eu não quero entrar aqui numa disputa de voto, porque eu acho que a gente tem esse trabalho, esse trabalho tem que ser caminhado com muita ... Dois. Mantenho o primeiro, mantenho o que já foi votado. Os outros dois que iriam para votação, estou abrindo mão dos outros dois para posterior, entendeu, para ser apreciado. Só para mostrar que nós podemos caminhar com consenso com todas as votações. Basta a gente ter a velha discussão anteriormente, fazendo o mínimo de discussão permanente, porque que se a gente for para votação, fica um negócio ruim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu esclareço ao Plenário que o Deputado Carlos Santana está retirando dois requerimentos: o que convoca o Governador do Espírito Santo, o que convoca o Governador inclusive de São Paulo e também o Secretário da Fazenda. Eu quero parabenizar o Deputado Carlos Santana, dizer que V.Exa. havia solicitado, em reunião anterior, o procedimento desta mesma Parlamentar no sentido de colaborar com as discussões. E nós temos feito isso com uma prática permanente. V.Exa. só nos ajudará nos trabalhos da Comissão. Passo a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Requerimento nº 28, do Deputado Eliseu Padilha, que requer que os Deputados Estaduais, Relatores da CPI, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Distrito Federal, sejam ouvidos em audiências públicas nesta Comissão. Passo a palavra ao nobre Deputado Eliseu Padilha

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse requerimento tem como objetivo nós trazermos a experiência já



vivenciada nos principais Estados da Federação, onde nós já tivemos a CPI tratando de tema semelhante. E seguramente esses Relatores e seus relatórios poderão nos dar indicações imediatas daquilo que está acontecendo nessas unidades da Federação. Parece-me que é uma experiência que a gente pode acumular, e nesse caso nós estamos tateando para ver onde é que nós conseguimos chegar com mais rapidez ao que é o objetivo desta CPI. Portanto, estes Relatores e seus relatórios, a meu juízo, deveriam ser considerados aqui neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só queria passar em discussão aqueles Deputados que queiram discutir o Requerimento nº 28.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, apenas para indagar ao autor do requerimento, ex-Ministro e Deputado Eliseu Padilha. Inclusive, quer dizer, o fato da CPI constituída está bem claro, mas pode clarear mais ainda, só as CPI que já terminaram e as que também estão em curso.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Nesse caso, são as que já foram concluídas. O objeto aqui é as que já foram concluídas.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Aqueles Deputados que queiram discutir... Não tendo ninguém que queira discutir, passo à votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado o Requerimento nº 28. O Deputado Jaime não está, Jaime Martins. Queremos saber se tem algum Deputado que queira assumir os requerimentos do Deputado Jaime Martins. Os primeiros.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Não seria de bom alvitre os Parlamentares que não estivessem presentes não ser aprovados nem apreciados os requerimentos, salvo motivo de força maior, que ele requeresse ou pedisse?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Esse é o meu entendimento, mas o Regimento Interno, algum Parlamentar poderia querer assumir.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Presidente. Eu assumiria. Eu acho que é de extrema importância a sua justificativa. As denúncias de formação de cartel, adulteração de combustível ocorreram nos diversos Estados do País. Todos nós sabemos disso. Eu acho que é de extrema importância. Não é porque o Deputado não esteja aqui no momento que a gente não vai apreciar essa matéria. Então, nesse momento eu assumo a co-autoria do requerimento.



O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Inclusive eu falei que o Deputado é do meu partido, muito ligado a nós, entendeu? Talvez, se ele tivesse mais interesse, ele teria passado a missão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, eu estou aqui, o titular da Comissão do meu partido, Deputado Evilásio de Farias apresentou o Requerimento nº 35/03, mas eu acho que já foi objeto inclusive de discussão aqui, agora, nessa reunião de hoje. São os casos de audiência secreta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Eu acho que isso está mais do que claro. Eu não tenho dúvida e estou aqui, até na ausência do meu titular, para esclarecer que quando houver necessidade nós iremos fazer. De forma que não vejo porque o requerimento realmente entrar em votação, porque ficou esclarecido já aqui anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu vou pedir ao nobre Deputado André Luiz que na próxima reunião nossa ordinária a gente coloque os requerimentos do Deputado Jaime Martins, para a gente não abrir um precedente, até para a gente pedir aos companheiros, porque como ele não entrou em contato, como poderia ter entrado em contato com a secretaria, ter todo o motivo para a gente não abrir o precedente. Entendeu?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, só o fiz porque V.Exa. colocou para que fosse feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso, isso. Mas a Mesa aqui já me deu um puxão de orelha.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - E quando eu fiz ninguém o fez também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso. Por isso que estou me dirigindo ao nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Obrigado. Então vamos passar agora aos dois requerimentos extrapauta.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, pela ordem. Daniel Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Daniel.



O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, são quatro requerimentos encaminhados pela Deputada Vanessa Grazziotin. Eu fui indicado pela bancada para substituí-la como titular desta Comissão. Eu gostaria de subscrever os quatro requerimentos, já que ela não consta mais como titular desta Comissão mas me pediu que considerasse os requerimentos como relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nós vamos entrar primeiro na extrapauta e depois vamos voltar para o requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin. Deputado Nelson Bornier requer que seja notificada a Agência Nacional de Petróleo e a Secretaria da Receita Federal para que esta Comissão (*ininteligível*) de todas as empresas distribuidoras de petróleo que têm questionado tributos gerais. Em discussão. Vamos para votação nominal para inclusão na pauta. Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – José Borba. (*Pausa.*) Ausente. Eduardo Gomes, Rafael Guerra.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Dilceu Sperafico, Ricardo Barros, Iris Simões, Nelson Marquezelli, Jaime Martins, João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Dr. Evilásio.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Aqui está representando a suplência. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Rogério Silva, Pompeo de Mattos, Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Professor Irapuan Teixeira.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Suplentes: Fernando Ferro, João Magno, José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Gervásio Silva, Marcos Abramo, Rogério Teófilo, José Divino.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIVINO – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Helenildo Ribeiro. PPB: João Pizzolatti, Leonardo Vilela. PTB: João Magalhães, Ricarte de Freitas. PL: Bispo Wanderval, Miguel de Souza. PSB: Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Sandro Matos.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – PPS: Dimas Ramalho. PDT: Severiano Alves. Doze. Aprovado. Outro requerimento e discussão agora.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Gostaria de discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Primeiro passo a palavra para o autor do requerimento, Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na última reunião, apresentei uma relação das empresas cadastradas pela Agência Nacional de Petróleo através de ofício protocolado na secretaria desta Comissão. Hoje solicito neste requerimento que as agências apresentem a esta Comissão possíveis cancelamentos dessas inscrições. O fato de estarem inscritas, podem também estar com suas inscrições suspensas. Da mesma forma, faço à Secretaria da Receita Federal na questão do CNPJ. Muitas podem ter o seu Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e também estarem suspensas. Então nosso requerimento é no sentido de que nos envie a suspensão, ou seja, mostrando a situação atual de cada uma daquelas relacionadas naquele ofício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Para discussão, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luciano Zica.



O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, quero apoiar o requerimento do nobre Deputado Nelson Bornier e levantar a possibilidade de incluir uma solicitação a mais nesse requerimento para que seja fornecido, junto com o CPF e o CGC eventualmente suspenso pela Receita Federal com a cassação da licença, o CPF de seus dirigentes sócios dessas empresas. Infelizmente, há um conjunto grande dessas empresas que tem, através da cassação das liminares ou da concessão, que os mesmos acionistas dessas empresas formam grupos com os mesmos objetivos. Então que além do CNPJ e da relação das cassações, que seja fornecido também o CPF dos dirigentes e sócios dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, acho que a proposta do Deputado Zica deve ser incluído também nesse requerimento, que também se faça nesse requerimento exigência não só da Receita Federal, mas também até a CNPJ, que também forneça o CPF dos representantes dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Quero lembrar ao Deputado Luciano Zica que depois faça por escrito. Não tendo mais ninguém para discutir, vamos passar à votação. Tem? Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, Sr. Presidente, foi muito oportuno esse requerimento do Deputado Nelson Bornier. A proposta dessa CPI é corrigir distorções, principalmente tributárias, como tem falado o nosso Relator. Que o adendo do Deputado Luciano Zica venha a corroborar e a fechar esse requerimento. Acho que foi um dos requerimentos mais importantes que votamos hoje. Queria subscrever esse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Não tendo mais Deputados inscritos para a discussão, vou passar à votação, com o adendo do Deputado Luciano Zica, que fará posteriormente por escrito.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Tem a palavra V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, não gosto de fazer nada na dúvida. Há pouco o Deputado Araújo fez uma indagação sobre o



funcionamento das CPIs nesta Casa, que respondi com base no Regimento Interno. Quem pode menos, pode mais, quem pode mais... Concorda V.Exa.? Vou lamentar, porque se ele não poderia dividir o Regimento, o autor. Agora, daqui para frente, quem quiser mudar o requerimento e mudar a ordem dos fatores, vai ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputada Rose de Freitas, o autor do requerimento é quem tem a prioridade. Ele concordou, como não aconteceu na outra indagação que o nobre Relator não concordou. Entendeu? Então, como o Relator, que tem prioridade, concordou... Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria só de lembrar à nobre e experiente Deputada Rose de Freitas, que merece todo meu respeito, que compete ao autor da matéria, que, no caso, figura como Relator de um determinado projeto, acolher ou não a sugestão. Na tramitação, nobre Deputada Rose de Freitas, cabe ao Relator de uma determinada matéria acolher ou não a sugestão oferecida. No caso, o autor figura como Relator, ele é o autor. Cabe a ele a decisão de acolher ou não. Por isso, quando ofereci à Mesa a minha proposta de adendo, dirigi-me ao autor pedindo a ele permissão para incluí-lo. Ele prontamente atendeu e, aí, para mim, está cumprida a regra regimental satisfatoriamente e, na minha interpretação, inclusive, dispensaria a formulação por escrito de minha parte. Estaria dispensada, na medida em que está registrado o apanhamento taquigráfico. Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, lamento dizer que, após cinco anos de mandato, é a primeira vez, mas, se há um acordo de cavalheiros, V.Exa. pode até me levar a aceitar. Regimental não é. Regimental não é. O senhor vai me desculpar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vamos passar à votação. Os Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)* Está aprovado o requerimento extrapauta do Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, quero também incluir no extrapauta requerimento onde solicito a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal de todas as empresas distribuidoras de combustíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só quero que se...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Passo à sua Mesa para que possa ser também... Já foi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Regimentalmente, o nobre Deputado já pegou as assinaturas. A partir do momento em que estou em plenário, estou aqui com a maioria dos Deputados, tem de ter apoio para entrar na extrapauta, conforme fizemos agora.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O.k. Neste exato momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Há um requerimento sobre a Mesa extrapauta da nobre Deputada Maria do Rosário. Quero passar a palavra à nobre Deputada Maria do Rosário para ler seu requerimento extrapauta.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, nosso requerimento vem no mesmo sentido da maior parte dos requerimentos dos colegas, que já apresentaram e aprovaram, é em verdade para inclusão de convite a algumas autoridades que têm trabalhado tanto com o enfrentamento da sonegação de impostos quanto na busca de elucidar o crime de fraude, de manipulação de combustíveis, como nós apresentamos no nosso requerimento. As autoridades são as seguintes: a Sra. Cleonice Estefânia, Salvador, Chefe do Setor de Substituição Tributária da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná; a Sra. Delegada Zélia Silva Lima; o Sr. Delegado Fernando Edson Domingues Soares, da Delegacia do Consumidor do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. Jair Schimidt, Gerente de Mercadorias em Trânsito do Estado de Santa Catarina; Sr. Delegado Waldir Padilha, Delegado Diretor do DEIC, de Santa Catarina; e o Sr. Paulo Valério Dal Pai Moraes, que é Promotor do Ministério Público, Coordenador das Promotorias de Defesa do Consumidor do Ministério Público do Rio Grande do Sul. São autoridades da área policial e do Ministério Público que têm atuado de forma permanente na defesa do consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quero um minuto de atenção.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Para que prestem esclarecimentos acerca dos resultados do trabalho que eles desenvolvem que já é



desenvolvido por vários anos. Especialmente destaco o trabalho importante do Ministério Público do Rio Grande do Sul, através do Dr. Paulo Valério Dal Pai Moraes, que tem sido bastante atuante, como aquele Ministério Público, no enfrentamento da fraude nos combustíveis. Então, é um requerimento a V.Exa., que V.Exa. inclusive poderá incluir esses convidados como V.Exa., a Mesa da Comissão e o próprio Relator acharem melhor, inclusive por temática e por área de atuação em conjunto com outras pessoas que já tenham sido aprovado requerimento de convite. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vamos passar à votação nominal para incluir extrapauta o requerimento da nobre Deputada Maria do Rosário Bassuma, “sim”; Carlos Santana, “sim”; Zica, “sim”. Olha, só, peço aos companheiros, aos nobres Deputados que falem ao microfone para ser registrado. O Regimento Interno determina isso.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Luciano Zica, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - José Carlos Araújo, Carlos Melles, Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - O Deputado André Luiz vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - José Borba, Eduardo Gomes, Rafael Guerra, Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Peço aos Deputados que falem ao microfone.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Presidente, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Dilceu Sperafico, Ricardo Barros, Iris Simões, Nelson Marquezelli, Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - João Caldas, Dr. Evilásio, Rogério Silva, Pompeo de Mattos, Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Voto “sim”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Professor Irapuan Teixeira, Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Gervásio Silva, Marcos Abramo, Rogério Teófilo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO TEÓFILO - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - PMDB uma vaga, não é? José Divino, Marcello Siqueira, Mauro Lopes.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Uma vaga PSDB. Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - João Pizzolatti, Leonardo Vilela. PTB, faltam duas vagas: João Magalhães, Ricarte de Freitas. PL, só uma vaga: Bispo Wanderval, Miguel de Souza. Só tem um titular. João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Sandro Matos. Não, não pode votar, Sandro.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Porque já foram preenchidas as duas vagas do PSB.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Não, eu estou pela suplência do PCdoB na troca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - O titular do PCdoB já votou, que é o Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Ah, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Dimas Ramalho. PDT: Severiano Alves; Ildeu Araújo. Dezesesseis "sim", está incluído, está aprovado. Vamos passar à discussão. Os Deputados que querem discutir o requerimento da nobre Deputada Maria do Rosário. (*Pausa.*) Não tendo ninguém querendo discutir, vamos passar para a votação. Os Deputados que concordam permaneçam como estão.



Está aprovado o requerimento da nobre Deputada Maria do Rosário. Deputado Daniel Almeida, que é o titular agora no lugar da Vanessa Grazziotin, está assumindo os requerimentos da nobre Deputada. Primeiro, Requerimento nº 42, da Deputada. Agora, onde tiver Vanessa Grazziotin, nós vamos colocar Daniel Almeida. Deputado Daniel Almeida solicita que o Ministério Público do Estado da Amazônia informe referente à operação carvão. Nobre Deputado Daniel Almeida, pode encaminhar.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, são quatro requerimentos que foram encaminhados pela Deputada Vanessa Grazziotin, e o 42 é o primeiro deles. É um assunto que está relacionado com o Estado do Amazonas, e eu estou subscrevendo o requerimento da Deputada Vanessa, considerando que todos os quatro requerimentos, vou falar apenas desse primeiro, tratam do mesmo assunto. É um tema que já foi amplamente debatido no Estado do Amazonas e que a Deputada pretende que seja também tratado aqui nesta Comissão. Portanto, estamos subscrevendo e pedindo aos nobres Pares que apoiem o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Os Deputados que queiram discutir a matéria. Não tendo nenhum Deputado querendo discutir a matéria, vamos passar à votação. Os Deputados que concordam com o Requerimento nº 42, do nobre Deputado Daniel Almeida, permaneçam como estão. Estão aprovados. Requerimento nº 45, do Deputado Daniel Almeida, que solicita do Sr. Ministro da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, informações sobre a denominada "Operação Carvão" que objetiva desarticular o cartel dos combustíveis na cidade de Manaus. Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Trata do mesmo assunto. Estou considerando já a justificativa para os quatro requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está bom. Então, vamos lá. Não tendo ninguém que queira discutir, os deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Quarenta e seis, do nobre Deputado Daniel Almeida. Do mesmo teor da defesa do 42. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. Está aprovado. Quarenta e sete, que solicita ao Ministério de Minas e Energia a relação de distribuidoras de combustíveis e postos de gasolina do Estado do Amazonas. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. Está aprovado. Tem a palavra o Nobre Deputado Alexandre Santos.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, para um esclarecimento, inclusive, algumas indagações que estão lá. Como Relator da Subcomissão de Evasão Fiscal e Tributos, da Comissão de Fiscalização e Controle, nós tivemos em uma reunião com todos os gestores da PETROBRAS nessa área, e ficamos estarecidos de ver as liminares que são concedidas com mais de 4 bilhões de evasão de impostos. Portanto, o que me fez fazer essa colocação é para que possamos ir ao ponto central: onde está a fuga, onde estão os desvios, para que possamos ter um encaminhamento, não ficar ouvindo todos os segmentos, porque vamos acabar, daqui a 90 dias, só ouvindo pessoas e não tendo, sequer, um caminho traçado. Eu aqui, quando solicitei, são 243 empresas. No meu requerimento, só estão 88. Então, já vou pedir para que coloque, na próxima reunião, porque estou citando todas as empresas e estou citando as empresas, não estou citando os donos das empresas, as pessoas, porque acho que isso temos preservar para um segundo momento. Enquanto não houver um desvio de conduta, um desvio de participação efetiva em negociações que não sejam corretas nas suas áreas, acho que devemos, inclusive aqui nesta Comissão, até para preservar o bom andamento desta Comissão, ter esse encaminhamento. Portanto, meu requerimento ficará para ser apresentado na próxima reunião, com todas as empresas, inclusive, com as empresas do SINDICOM. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Obrigado, nobre Deputado Alexandre Santos. Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Não entra, então, em votação o requerimento? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não vai entrar em votação.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Então, tudo bem.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, queria parabenizar o autor da iniciativa, até porque eu achei que seria importante que não fosse hoje a apresentação desse requerimento, porque estamos aqui para apurar fato determinado. Ainda não apuramos nada, ainda nem começamos nada, ficaria muito ruim, se nós tivéssemos aprovado esse requerimento hoje. Então, acho que para a



semana que vem. Até porque, realmente, o que o Deputado Alexandre Santos colocou é porque ele tem já muitas informações que ainda não chegaram à CPI. Mas para que os nossos companheiros possam receber, como o Deputado Bornier fez na última reunião, apresentou várias documentações, vamos fazer na próxima reunião, aí fica mais fácil para que os nossos companheiros possam entender o porquê de estarmos pedindo esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Obrigado, nobre Deputado.

A SRA. DEPUTADO ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputada Rose.

A SRA. DEPUTADO ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, na verdade, a minha maior preocupação, e vou manifestá-la a V.Exa. novamente, é com o bom andamento dos trabalhos desta Comissão. Todos nós estamos nos esforçando para que isso aconteça e para que cheguemos a um final, a uma conclusão, que seja sempre no sentido de colaborar com a transparência do processo, das denúncias que aqui estão, para que todos participem. Agora, quero dizer a V.Exa. que o brilhante Deputado Alexandre Santos, do PSDB, da nossa bancada, tem, com o trabalho feito na Comissão de Evasão Fiscal, o privilégio de ter informações que esta CPI, instalada a tão pouco tempo, não tem. Em função disso, gostaria de pedir e farei por escrito se necessário, que V.Exa. entre em contato com a Comissão de Evasão Fiscal, peça à Comissão oficialmente que nos mande os relatórios de todos os processos de denúncia, de apuração, para que a colaboração seja efetiva com a Comissão. Porque, na verdade, jamais poderia deixar de apoiar o requerimento do Deputado Alexandre Santos, por se tratar...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Deputada Rose, só para ajudar.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - ...de um Deputado sério, gostaria só de concluir Deputado, Deputado sério, um Deputado que prezo, um Deputado que estimo e respeito sobretudo. Agora, nós ainda não temos, Deputado Alexandre, nesta Comissão nenhum procedimento que nos seja conclusivo para apoiar um requerimento dessa natureza. Agora... Eu queria só concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Eu tenho 48 horas sem dormir, meu raciocínio está turvo completamente. Queria dizer a V.Exa. que, V.Exa. me



conhece, sabe do meu procedimento, sabe como gosto de trabalhar, e sem o andamento... V.Exa. está lá no Km 42 e nós estamos no Km 1. Se se pode colaborar com esta Comissão com as observações, com as apurações que a sua Comissão, da qual faz parte, tem a nos oferecer, V.Exa. pode pedir uma reunião com os quadros desta Comissão, nós estaremos presentes para ouvi-lo. V.Exa. pode ajudar muito. Agora, eu me vejo na condição de fazer um pedido formal a esta Presidência, que acompanhe e peça todo o trabalho que está sendo executado na Evasão Fiscal para que eu não tenha que dizer a um Deputado da minha bancada, da nossa bancada, meu companheiro de partido, que não quero votar uma coisa que não estou entendendo como, por que e aonde nós vamos chegar neste momento. Porque, sem dúvida, esse requerimento que ele apresenta será importante a qualquer momento nesta Comissão. Mas, neste momento eu não estou conseguindo enxergar como. Nós vamos quebrar o sigilo de todo mundo. Vamos apurar isso aqui. Eu quero fatos determinantes para que eu possa fazer isso.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só para dar a resposta...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Deputado Alexandre, não tem aparte mas Deputado Alexandre acho que gostaria de acrescentar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só para responder. Primeiro quero agradecer à nobre Deputada Rose de Freitas a preocupação. Só que a Comissão já está alimentando a CPI. Nós já recebemos, só um minutinho...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Não tenho nenhuma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputada, só o nobre Deputado Nelson Bornier, numa audiência pública nossa, entregou à Mesa vasta documentação, vasta documentação, vasta documentação. Então, já está na Comissão. Vários Parlamentares já estão fazendo requerimento e eu estou assinando, passando esses documentos para os nobres Parlamentares. Então, quero dizer, teve uma audiência pública onde o nobre Deputado Nelson Bornier entregou, junto com o nobre Deputado André Luiz, e eles tiveram que se ausentar da reunião porque estava tendo audiência pública. Então, vários Parlamentares já estão encaminhando à Presidência da Comissão e eu estou assinando o requerimento, entregando aos Deputados. Mas eu quero agradecer à nobre Deputada Rose. Porque, além da situação, vai ter outros companheiros também,



outros Parlamentares que estão em outras Comissões fazendo o mesmo trabalho. E nós já sugerimos também aos nobres Parlamentares que estão até na Comissão Tributária que também nos auxiliem com o que está discutido na Comissão Tributária.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Presidente, eu vou reiterar, me desculpe, eu só vou pelo convencimento. Fora do convencimento nada me leva a lugar nenhum. Eu quero dizer a V.Exa., se o Deputado Nelson Bornier entregou a V.Exa., a esta Comissão esse relatório, não chegou a mim, como não deve ter chegado a vários outros Parlamentares. É como se cada um tivesse tocando uma nota diferente, nós precisamos entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputada Rose, primeiro, com todo carinho que tenho...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Que é recíproco, que é muito recíproco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Que é recíproco. Ele entregou publicamente a todos os Deputados que estavam, ele pediu a palavra e entregou.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, permite. Só para um esclarecimento. Naquele momento que eu fiz a entrega foi na abertura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só um minutinho. Só um minutinho. Até para esclarecer, o Presidente não passa para os nobres Deputados... Os Deputados que quiserem, regimentalmente, ele tem que entregar um requerimento interno, como está sendo feito, e nós vamos passar o documento. E o Deputado pode ir na Comissão, na Secretaria da Comissão e manusear qualquer documento. Porque tem até pedido da assessoria, nós não vamos dar para assessoria, consultoria nenhuma, fica bem claro. Tem consultoria pedindo extraparlamento, nós não vamos dar. O Deputado pode manusear qualquer documento na Comissão.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Pela ordem, Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Eu lembro que naquele momento, foi na abertura da audiência passada, e a colega Deputada Rose ainda não tinha chegado à Comissão. E quando voltei inclusive para poder indagar aos depoentes é



que eu vi a presença da nobre Deputada Rose. Mas naquele momento eu encaminhei os Ofícios nºs 093/2003, 094/2003, 092/2003, onde, naquele momento, também pedi a V.Exa. se pudesse encaminhar a cada Deputado cópia desses documentos, onde fazia menção aos mandados de segurança impetrados por aquelas empresas que são filiadas ao SINDICOM. Fiz um outro requerimento encaminhando a relação das 243 empresas distribuidoras autorizadas pela MP o seu funcionamento, como também encaminhei um outro requerimento expondo que as empresas filiadas ao SINDICOM estavam impetrando também o mandado de segurança. De forma que o Regimento em si posso dizer ao senhor que eu não tenho conhecimento, mas fica a critério da Mesa, se assim entender o nosso Regimento, que faça entrega espontânea a cada um membro ou que seja requerido, mas que na realidade foi entregue de público com certeza. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Primeiro o nobre Deputado André Luiz, depois Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, de posse do que o Deputado Alexandre Santos recebeu e vai receber amanhã numa viagem que nós vamos fazer a um Estado da Federação, tenho certeza absoluta que ele tem razões para pedir a quebra do sigilo bancário, mas nós pedimos para que ele deixasse para a semana que vem. Queremos fazer da mesma forma como fizemos da outra vez: trazer essa documentação para que a Comissão possa debruçar sobre ela, e assim, tenho certeza absoluta de que na semana que vem todos irão votar nesse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, quero neste momento deixar bem clara a minha posição, já que eu acho que essa CPI foi feita para nós nos aprofundarmos nas investigações. Quero aqui confirmar que só o fiz através já de informações detalhadas da PETROBRAS. Como o senhor já tinha recebido, esta Comissão já tinha recebido os documentos que passaram pela subcomissão, então estou fazendo, porque eu acho que acima de tudo, sem entrar em discussões menores, eu acho que 4 bilhões de sonegação de impostos em detrimento ao que se passa no processo social do País, sem sombra de dúvida, é altamente relevante buscarmos para que esse dinheiro retorne no mínimo ou pare



de serem sonogados ao Erário público. Nós precisamos, nesta Comissão, dar uma prova de queremos nos aprofundar. Não quero aqui levemente pedir se não houvesse já nas suas mãos, nas nossas mãos a relação das empresas que sonogaram 4 bilhões de reais só nesse período de apuração. Portanto, eu acho que é motivo mais que justo para uma solicitação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Primeiro quero agradecer ao nobre Deputado Alexandre Santos, tanto também ao Nelson Bornier, ao André Luiz pela importância que tem essa matéria e todos os Deputados que estão fazendo parte dessa subcomissão do trabalho. A Presidência determina que os Deputados que queiram qualquer documento façam requerimento à Secretaria, que vai ser distribuído. Não só da subcomissão como qualquer documento que chegue à Comissão. Eu já tenho um aqui na minha mão, o Deputado Ricardo Barros que já pediu requerimento de vários documentos que tem na Comissão. Fazer o mesmo e nós vamos encaminhar aos demais Deputados.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Apenas para dizer o seguinte. Vou solicitar a V.Exa. diferente. Eu queria dizer que o Deputado Alexandre Santos tem naquele documento que está em suas mãos minha assinatura, apoiando. Apenas acho que não é justo para o trabalho dos Parlamentares, porque não integramos apenas esta Comissão, fazemos parte de várias: temáticas, CPIs, Comissões Especiais. Eu queria solicitar a V.Exa. que documento de tamanha importância não pode ser por privilégio. Muitas vezes, o Deputado João Caldas pode não estar nesta sessão e ser prejudicado o andamento da sua informação, do seu voto nesta Comissão. Então, não vejo porque, ao ser entregue relatório desta importância, que possamos todos os membros, que não são tantos, receber esse relatório nos nossos gabinetes. V.Exa. sabe da importância do trabalho desta CPI e luta para que ela seja extremamente eficaz. V.Exa. poderia fazer isso, sem sombra de dúvida, porque tem uma equipe excelente, inclusive a Secretária que está ao seu lado. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nós vamos analisar com carinho essa matéria e, depois, cada Deputado vai ter, no seu gabinete, a orientação que vamos dar no âmbito da Presidência. Mas vamos analisar com carinho todas as questões das nossas documentações entregues, porque quero deixar bem claro. Está vindo, não é o caso de nós, Parlamentares, pois todos os Parlamentares são



iguais na Casa. Todos são iguais. Mas quero avisar a todos os funcionários da nossa Comissão que nenhuma Consultoria, se tiver documento, porque não vai ser da Presidência que vai ter. Estou logo avisando porque algumas Consultorias estão pedindo nossas documentações, Consultorias que estão defendendo empresas, estão pedindo documento, e a Presidência não vai passar. Os nobres Deputados têm direito a todos os documentos. Quero aproveitar a indagação da nobre Deputada Rose, que foi perfeita em sua indagação, quero só fazer um adendo que todos os Deputados terão em seus gabinetes — vou passar para a nossa Secretária — todos os documentos que tivermos serem passados para todos os integrantes da Comissão. Todos os documentos. Todos os documentos. Nenhum documento que tiver... Todos os documentos serem passados para os gabinetes, só para os Parlamentares, nem para suas Assessorias, para os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Acho que o que V.Exa. está querendo colocar é a responsabilidade do Parlamentar no vazamento de alguma informação dar algum problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, isso não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - A preocupação de V.Exa. é essa: de que seja o Parlamentar o responsável; ele que vai pegar a documentação, ele que vai solicitar. Que não passe isso pela Assessoria. É isso o que V.Exa. quer?

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Acho que tem um encaminhamento melhor, Sr. Presidente. Se V.Exa. tiver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Claro. Um momento. Quando o documento chega ao gabinete, é de responsabilidade do Parlamentar. O que ele vai fazer é de responsabilidade do Parlamentar.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Isso com certeza. Então, tenho uma tarefa na Presidência. Eu sei. Eu entendi.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sr. Presidente, sugiro que V.Exa. coloque que, nós, os Deputados da CPI, enviássemos para cá quais os funcionários do nosso gabinete seriam responsáveis para receber esse documento, porque mandaríamos o nome de um, dois ou três, sei lá, mas que ficasse aquela pessoa responsável para recebê-lo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Para depois não entregar no gabinete a qualquer pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está bom. Mas os documentos que temos hoje aqui, todos eles, espero que amanhã já estejam no gabinete de todos os Deputados, amanhã, todos os nossos documentos. Todos os documentos que tivermos serem entregues amanhã nos gabinetes dos nobres Parlamentares para uniformizarmos as informações que temos no âmbito da Comissão. Está bom? Vamos passar os últimos requerimentos nossos, que são do nobre Deputado Jaime Martins, que está presente, para passarmos logo à votação.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Obrigado, Sr. Presidente. Rapidamente, não sei se podemos usar o artifício de fazer uma votação em bloco. Os Requerimentos de 1 a 5, são todos requerimentos, Sr. Presidente, no sentido de acrescentar aos demais requerimentos de convocação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só para ajudar, nobre Deputado...

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - O Requerimento nº 1 já foi aprovado anteriormente, entendeu, já foi aprovado anteriormente por outro Parlamentar, que fez o mesmo requerimento. Então, o nº 1 já foi aprovado.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Está prejudicado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Já está prejudicado.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - O.k. De 2 a 5, portanto, gostaria de apresentar esses requerimentos que vêm no sentido de incrementar a relação de autoridades e personalidades que possam trazer luz a esse importante tema que nós estamos aqui discutindo nesta CPI dos Combustíveis, no que se refere tanto à sonegação de tributos, com relação à máfia de adulteração de combustíveis e à suposta indústria de liminares. Se pudermos aprová-las em bloco, é minha sugestão. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vamos fazer a votação em bloco, que tem o mesmo teor.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Apenas para esclarecimento do Plenário, Presidente, o Requerimento nº 02 convoca a Secretária de Petróleo e Gás



do Ministério das Minas e Energia, a Sra. Maria das Graças Silva Foster; o Requerimento nº 03 convoca o Presidente da BR Distribuidora, Sr. Luiz Rodolfo Landim; o Requerimento nº 04 solicita que seja convocado o Diretor Técnico da Agência Nacional de Petróleo, Sr. Luiz Augusto Horta Nogueira; e o Requerimento nº 05 solicita que seja convocado o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Sr. Daniel Krepel Goldberg.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - O requerimento com o Diretor Técnico da ANP, queria falar com o autor se poderia ser junto com o Presidente da ANP, porque faríamos uma audiência só com a ANP.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Da mesma forma como fazemos uma audiência da PETROBRAS, a gente poderia fazer uma audiência da ANP.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sem problema. Acho que temos que trabalhar no sentido de economia processual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Requerimento nº 10, do nobre Deputado Jaime Martins. Os Deputados que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Está aprovado. É o item 02 do Requerimento nº 10. Estou lendo Requerimento nº 10. Requerimento nº 10 do Deputado Jaime Martins. Aqueles Deputados que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Está aprovado. Requerimento nº 11, do Deputado Jaime Martins, que solicita a convocação do Presidente da Distribuidora BR, mais o diretor de distribuição, Luiz Adolfo Landim. Os Deputados que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Está aprovado. Requerimento nº 12, do Deputado Jaime Martins, que requer o diretor técnico da ANP, Luiz Augusto Mota, com adendo com o Presidente da ANP. Os nobres Deputados que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Está aprovado. Requerimento nº 13, Secretário de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça, Dr. Daniel Krepel Goldberg, para prestar esclarecimentos à Comissão sobre operação do setor de combustível relacionada à sonegação de tributo da máfia de adulteração e suposta indústria de liminares. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Está aprovado.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Presidente, pela ordem. Eu gostaria de trazer uma sugestão a esta Comissão. Não sei se alguém já comentou isso antes



de mim, eu cheguei um pouco atrasado em função do meu vôo, mas notoriamente esse recinto em que estamos é pequeno para o tamanho da nossa Comissão. Apenas a título de sugestão para a assessoria — sei que isso é questão de reserva — proponho pegarmos auditórios maiores para não ficarmos apertados. Os próprios Deputados estão tendo dificuldades de sentar. Quando cheguei não tinha lugar. Deixo essa sugestão. Sei que o ilustre Presidente se preocupa em dar conforto aos participantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Obrigado. A nossa Secretaria e mais os funcionários têm essa tarefa de conseguir agendar para nós o mais rápido possível um plenário maior e mais confortável. Agradeço a presença de todos os Deputados e Deputadas. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando audiência pública para amanhã, dia 28, quarta-feira, às 14h30min, com a presença dos Presidentes dos Sindicatos dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, cuja pauta já foi encaminhada pela Secretaria aos gabinetes dos Srs. Deputados.

Está encerrada a sessão.